

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. **EDUCAÇÃO** – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

- . PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR/
/SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA
- . Acordo de Cooperação - Ano Lectivo 2005/2006

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO
- . Escola de Soure n.º 2
- . Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Ponto 5. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

- . LIGAÇÃO À INTERNET - 1.º CEB – ASSISTÊNCIA TÉCNICA
- . Ajuste Directo

Ponto 6. **EDUCAÇÃO** – ENSINO SECUNDÁRIO

- . PROJECTOS ESCOLARES/OUTROS APOIOS

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

- . Escola Secundária Martinho Árias

Ponto 7. ACÇÃO SOCIAL

- . PARTICIPAÇÃO NA CLA/RSI
- . Apoio a Obras em Habitações Degradadas
- . Propostas

7.1 .

7.2.

7.3.

7.4.

Ponto 8. ACÇÃO SOCIAL

- . PARTICIPAÇÃO NO PROJECTO PDIAS
- . Apoio a Obras em Habitação Degradada
- . Proposta

Ponto 9. URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . REABILITAÇÃO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FIGUEIRÓ DO CAMPO
- . Remodelação e Ampliação da Cobertura

9.1. Trabalhos a Mais

9.2. Prorrogação do Prazo

Ponto 10. HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS
- . Remodelação da Ala Nascente do Edifício dos Paços do Concelho

10.1. Projecto

10.2. Divisórias, Aros e Portas

- Ajuste Directo e Adjudicação

10.3. Aplicação de Novo Pavimento

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

- Ajuste Directo e Adjudicação

Ponto 11. **SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS**

- . ETAR DE FIGUEIRÓ DO CAMPO - EMISSÁRIO FIGUEIRÓ/BELIDE E CONCLUSÃO DA REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS DO MARACHÃO
- . Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 12. **SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS**

- . ETAR DE PALEÃO
- . Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 13. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2005**

- . Apreciação de Propostas de Alteração - 11.ª/11.ª -

Ponto 14. **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA - LEI N.º 169/99**

- . Proposta

Ponto 15. **CONTRATO DE EMPRÉSTIMO, REFª. 9015/000696/187/0019**

- . Adenda

Ponto 16. **CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS**

- . Reestruturação/Consolidação dos Saldos Devedores

Ponto 17. **TERRAS DE SICÓ**

- . Grande Rota 26 (GR 26)
- . Protocolo

Ponto 18. **NATAL 2005**

- . Iluminação da Sede do Concelho
- . Adjudicação

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

Ponto 19. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09*

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente prestou um conjunto alargado de informações, a saber:

*** EDUCAÇÃO**

No dia 05 de Dezembro, teve lugar mais uma reunião do Conselho Municipal de Educação. O assunto mais “discutido” teve a ver com o reordenamento da Rede Escolar. Enquanto Presidente do Conselho Municipal de Educação, subscrevi um ofício, tendo determinado que dele vos dessem cópia.

*** CULTURA:**

No período que decorreu entre a última reunião e a de hoje, a Câmara Municipal fez-se representar em diversas iniciativas, a saber:

- No dia 26 de Novembro, no 20.º Aniversário do Centro Social Sampedrense;
- Nos dias 26 de Novembro, 03 e 11 de Dezembro, no encerramento de épocas culturais promovidas por quatro grupos de Folclore do Concelho: Santa Casa da Misericórdia, Cercal, Paleão e Pouca Pena;
- Estivemos também presentes em momentos semelhantes promovidos pelo Grupo de Pauliteiros de Vila Nova de Anços, no dia 10 de Dezembro e no dia 11 de Dezembro pela Sociedade Filarmónica Recreativa Beneficente Vilanovense.

*** DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

- No dia 27 de Novembro, a Câmara Municipal fez-se representar no V Grande Prémio de Atletismo do Sobral.
- No dia 03 de Dezembro, estivemos presentes nas Montarias de Tapeus.

*** URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

- Quanto à requalificação urbana entre o castelo e o rio, já chegaram alguns dos “pilaretes” que irão disciplinar a utilização desse espaço.
- Está também praticamente concluída a nova iluminação na zona do Castelo.

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

- No que diz respeito ao investimento em curso em na Sede de Freguesia de Figueiró do Campo, as obras no edifício, que é simultaneamente Sede de Junta e Extensão de Saúde, estão praticamente concluídas.

* SANEAMENTO E SALUBRIDADE

- Nova Etar de Paleão, o investimento está concluído e está a decorrer o período experimental.

- Rede de Esgotos da Pouca Pena e Lugares Limítrofes, a Etar já está a funcionar assim como as quatro estações elevatórias e também já se iniciou o período experimental. Os serviços administrativos da Câmara Municipal, utilizando as instalações da Associação de Pouca Pena, depois de uma divulgação considerada adequada, evitando assim que os Municípes tivessem que se deslocar à Câmara Municipal, têm vindo a desenvolver o processo de subscrição de contratos para a prestação do serviço.

- Etar de Figueiró do Campo, dizer-vos que os problemas que subsistiam com o Ministério da Economia e com a EDP estão ultrapassados.

- Rede de Esgotos do Sobral, 80% dos colectores já estão colocados e começou esta semana a reposição do pavimento. Já aprovámos a aquisição do terreno para a construção da Etar tendo-se iniciado a sua obra.

- Rede de Esgotos do Casal dos Bacelos/Porto Godinho, os colectores já estão colocados e a repavimentação está a ser feita mas há reclamações dos nossos serviços e um conjunto de correcções por desenvolver, nomeadamente a cedência do tanque da Etar, um problema técnico que irá atrasar a obra.

* PROTECÇÃO CIVIL

No dia 27 de Novembro, estivemos presentes no 115.º Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Soure.

* DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Na Zona Industrial de Soure, os problemas de drenagem que surgiram terão sido, pelo menos, parcialmente solucionados com o rebaixamento de sarjetas e, neste momento, aquilo que falta é apenas operacionalizar a cabine de controle e a colocação de relva prevista nalgumas zonas verdes em termos de arranjos exteriores.

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

* ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA

A nova estação elevatória da Ribeira da Mata está já concluída.

* Quanto ao Nó de Acesso à A17, estão a ser desenvolvidos os contactos considerados necessários e adequados. De qualquer forma, dizer-vos também que o Presidente da Câmara de Montemor-o-Velho já se associou à Câmara Municipal de Soure, e ele próprio também já fez chegar um ofício dirigido ao Ministro das Obras Públicas, com data de 5 de Dezembro, a dizer que não compreende como é que uma via passa no Concelho dele sem acesso directo.

* Quanto à nova ponte de Alfarelos, dizer-vos que se confirma que vai ter um atraso relativamente ao período previsto, final de Outubro; de qualquer forma, a normalidade possível dos trabalhos está retomada, já se procedeu à colocação da estrutura de suporte do tabuleiro e do tabuleiro propriamente dito. Acompanhei estas intervenções que foram filmadas e irão ser utilizadas para fins pedagógicos. Porém, a verdade é que cada vez que se realizam trabalhos, por razões de segurança, têm que acordar com a REFER a paragem dos circuitos ferroviários, o que, como devem imaginar, é complicado pois não se pode estar todos os dias a parar a circulação de comboios da Linha do Norte.

* Nos dias 09 e 10 de Dezembro, estivémos presentes no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, eu próprio como Presidente de Câmara, o Dr. Sousa Domingues como Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor António Costa como representante dos Presidentes de Junta com assento na Assembleia Municipal. Mais do que estar aqui a recapitular tudo aquilo que foram as principais conclusões que vocês certamente já tomaram conhecimento pela comunicação social, pedi que vos fotocopiassem, não tudo o que nos foi distribuído, mas pelo menos, o conjunto de orientações estratégicas que foi aprovado para o período 2006/2009.

* No dia 02 de Dezembro, tive uma reunião de trabalho solicitada pela Associação Comercial e Industrial de Coimbra - ACIC -, e aquilo que se pretende é que a Câmara Municipal subscreva um Protocolo de Serviço de Apoio Local ao Empresário, em parceria, para aproveitar algumas sinergias da própria ACIC.

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

* No dia 02 de Dezembro, também, tive uma reunião de trabalho com dirigentes da Direcção Regional de Coimbra do STAL; naturalmente, desejaram a todos um bom mandato, e depois colocaram uma série de questões/sugestões que gostariam viessem a ser equacionadas.

Fiquei de apreciar as sugestões e de voltarmos a reunir porque, como devem imaginar, também não sabia exactamente quais eram as questões em concreto que me iriam ser colocadas.

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “gostava de levantar só uma questão que me chegou ao conhecimento no final da semana passada e que tem que ver com o seguinte: não tinha o mínimo conhecimento, mas é verdade que a instalação dos aerogeradores veio provocar, junto das povoações que ficam perto da Figueirinha, alterações nos canais de televisão nacionais e já existe um abaixo-assinado de cerca de 200 pessoas. Este problema também afecta algumas localidades da Redinha e a Câmara Municipal de Pombal também já tem conhecimento. Estas pessoas virão à Câmara Municipal levantar esta questão, e pedir o apoio à Autarquia e o empenho do Senhor Presidente de Câmara na resolução desta situação, inclusive, já estiveram nalgumas casas destas pessoas técnicos da RTP e da ANACOM, que disseram mesmo que isto era um problema idêntico ao que tinha surgido noutras zonas onde estão os aerogeradores porque fica em linha recta com a Lousã. O que eles dizem é que a solução passará pela “obrigatoriedade” da empresa que instalou os aerogeradores resolver a questão com a construção de um equipamento que reforça o sinal para estas localidades.

Provavelmente, na próxima reunião de Câmara, pois estão a tentar recolher mais assinaturas, virão expor a questão para a Câmara Municipal poder dar acompanhamento a este caso, que me parece de gravidade.”

Interveio o Senhor Vereador Eng.º Aurindo Santos dizendo: “tratam-se apenas de três pequenas notas, uma delas tem a ver com a documentação de suporte a esta reunião, à qual eu só tive acesso, desta vez, ontem às onze horas da noite. Trabalho e à hora que cheguei a casa tinha a documentação em cima da secretária juntamente com o outro correio; hoje, voltei a ir trabalhar, de maneira que dei uma vista de olhos incompleta à documentação pois o que vi no ponto 13 não corresponde ao que foi entregue Prof. Fernando Martinho... De maneira que, iria deixar ficar este reparo no sentido

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

de que, já que não se cumprem as quarenta e oito horas, pelo menos, que recebamos à Terça-feira à noite para podermos ter tempo de tomar conhecimento dos pontos que vão ser discutidos na reunião.

Um outro assunto tem que ver com a questão da sala para nós podermos efectivamente, desenvolver o nosso trabalho. Tanto quanto sei foi-nos comunicado que, hoje poderíamos, por volta das três horas, ter a possibilidade de utilizar uma sala. Na minha modesta opinião, duas coisas deviam acontecer, ou havia uma sala para disponibilizar aos dois partidos representados, além do executivo ou, por muita consideração que tenhamos pela CDU, também já devíamos ter uma sala. No caso de haver só uma sala devia ser distribuída democraticamente à força que tem maior representatividade. Espero que este problema seja resolvido no mais curto espaço de tempo, aliás, na Segunda-feira tomei a liberdade de ligar ao Senhor Presidente que me disse que iria tentar resolver a situação e até ver...

Por último, com as últimas chuvas, nomeadamente em Alfarelos na Rua Dr. Delfim Pinheiro, a valeta do lado esquerdo na zona descendente foi profundamente afectada, fazendo com que pedras e entulho chegassem à rotunda que existe ao fundo dessa rua. Isso foi limpo imediatamente e gostava de enaltecer a rapidez com que o fizeram. A valeta ficou bastante destruída devido à força da água que fez bastantes estragos, inclusivamente, há dois pontos em que está mesmo na zona do alcatrão; se vierem dois dias de chuva como os anteriores, corremos o risco de, eventualmente, haver ali uma zona de perigo.

Outra preocupação em Alfarelos é na Rua 1.º de Maio, onde existem duas tampas de saneamento que quanto chove com muita intensidade, têm tendência a “saltar”. Desta vez houve, inclusivamente, um acidente com danos materiais e a pessoa em causa estava com máquina fotográfica quando passei, logo, não sei se irá pedir alguma indemnização.

Na Zona de Vila Nova de Anços, na entrada para o estaleiro de uma empresa, há um aqueduto que normalmente está entupido, o que quer dizer que permite que quando chove se crie um pequeno lençol de água na estrada e que de manhã, com as manhãs frias que têm estado, pode causar ali algum problema.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “gostaria de falar sobre o gabinete nas instalações da Câmara Municipal, uma vez que a CDU foi referida. Estou a fazer dois períodos por semana de atendimento ao

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

público, não é um favor que a Câmara Municipal ou o Senhor Presidente tenha feito à CDU, é um direito que a CDU tem como força política presente nesta autarquia e neste órgão. Aquilo que a CDU fez não foi mais do que dirigir ao Senhor Presidente, reclamar o direito que a lei lhe dá e, efectivamente, apresentei-me aqui e disponibilizaram-me um gabinete que, por acaso, para eu cá estar, a funcionária tem que sair para eu poder entrar. Como eu acho que o termo de democracia, e eu sou sensível a ele..., o que eu posso fazer é, uma vez que eu estou dois períodos da semana para atender o público, enquanto não tivermos gabinete, disponibilizar-vos a Terça-feira à tarde ou a Sexta-feira de manhã.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “começando pela questão do gabinete, em primeiro lugar, aqui não se trata da CDU, do PSD ou quem quer que seja, trata-se de, como foi dito, dar resposta a um direito legal e mesmo que não fosse um direito legal, dar condições a qualquer eleito para poder desenvolver a actividade que entenda por bem.

Já vos transmiti que o objectivo é a Câmara Municipal, após ter terminado o investimento por administração directa no espaço que anteriormente fora ocupado pela Repartição de Finanças, deslocar para lá o Departamento de Obras e Urbanismo. É nesta zona onde está ainda o Departamento de Obras e Urbanismo que irão aparecer vários gabinetes: um para a Assembleia Municipal, um para cada uma das forças políticas representadas no executivo e, naturalmente, um para o secretariado de apoio.

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos colocou a questão e eu libertei aquele espaço à CDU na presunção de que seria possível nestes pequenos investimentos que vão ser feitos daquele lado, sem com eles colidir, que se criassem condições já num espaço provisório e estariam um em cada lado ao mesmo tempo.

Aliás quando o Senhor Eng.º Aurindo Santos me ligou, dei ordem ao Chefe de Repartição para preparar um espaço desde que não colida com o investimento que vai ser realizado e depreendi até, porque não voltámos a falar, que esse assunto teria ficado ultrapassado.

De maneira que, tudo irá ser resolvido nesta perspectiva no mais curto espaço de tempo.

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

Tem razão na questão que levantou, embora o comentário de que poderia haver aqui qualquer tratamento preferencial, com todo o respeito, acho que era desnecessário porque isso seria insensato e impensável.

Relativamente à questão dos documentos..., nós temos feito um esforço notável para os entregar na Terça-feira ao fim do dia; tenho a informação de que na Terça-feira à noite foram entregues a todos... eu próprio terminei eram oito horas da noite e os serviços têm o cuidado de ir logo entregar aos Senhores Vereadores. O Senhor Vereador diz que o ponto 13 está diferente... não está nada, ele está é complementado com uma informação que só ontem é que os serviços me deram.

Questão das últimas chuvas... foi tomada a devida nota e os serviços, naturalmente, que deverão intervir com a brevidade possível.

A questão dos aerogeradores... penso que na Câmara Municipal não deu entrada nada sobre esse assunto. De qualquer maneira, o que eu penso é que deverá ser imediatamente avaliada a ambiência legal aplicável, com colaboração ou sem ela, para que esse investimento que aplaudimos e com o qual nos congratulamos, ultrapasse também tudo aquilo que são os inconvenientes em termos de bem estar colectivo que, porventura, possa estar a causar. Gostaria de estar já preparado para dizer qualquer coisa na próxima reunião, quando a questão nos for aqui colocada, porque senão limitamo-nos a tomar nota, o que não é correcto, porque a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos já colocou a questão.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “gostaria de apresentar duas propostas à Câmara Municipal e reconheço que, provavelmente, não estou a cumprir as formalidades necessárias para o fazer, no entanto, pelo menos uma delas, acho que é premente a sua apresentação. Tratam-se de duas propostas que se entender que podem ser por mim apresentadas de forma sumária..., reconheço que aqui pode haver alguma ligeireza na formalidade e na formalização destas propostas, mas colocaria à consideração do Senhor Presidente.”

O Senhor Presidente referiu que: “eu acho que deve apresentar as propostas em concreto para nós podermos avaliar da premência.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho continuou dizendo: “uma das propostas é a criação de um espaço Internet, eu passo a explicar o que é e a fazer o enquadramento ainda que sucinto...”

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

O Senhor Presidente referiu que: “ se é a criação de um espaço Internet para o público em geral, ... isso vai aparecer na proposta de Plano Plurianual de Investimentos e temos uma Candidatura já preparada para apresentar ao Programa LEADER, via Terras de Sicó.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que era uma situação diferente.

O Senhor Presidente continuou dizendo: “isto aparece sobre a forma de sugestão, porque como é matéria que vai aparecer em proposta de Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento, não faz, do meu ponto de vista, muito sentido estar aqui a aparecer como forma de proposta.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho continuou dizendo: “então vou fazer a sugestão. Por aquilo que sei é que, e o Senhor Presidente disse na última reunião, está a ser feito um projecto para a criação de um Posto de Internet na Biblioteca Municipal.”

O Senhor Presidente referiu que: “há duas questões completamente distintas, uma é termos nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo e na Biblioteca Municipal, um Posto de Internet. Com a apresentação de Candidaturas ao POSI, o Posto da Biblioteca passa de um para seis, tendo a Câmara Municipal assegurado que, embora a candidatura seja aparentemente de aprovação automática, se o não fosse, assumiríamos, com base no orçamento municipal, o investimento. O outro era também nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo que ainda não teriam Internet, passarem a ter.

A Câmara Municipal não tem ainda o seu próprio site e eu anunciei que Terras de Sicó, através de uma Candidatura das próprias Terras de Sicó, está a fazê-lo para várias Câmaras com base na sua quota. Como sabem, nós estamos a pagar 1.000,00 euros/mês para Terras Sicó e, na altura, expliquei, que iremos ter a possibilidade de ter investimentos até cerca de 58.000,00 euros feitos directamente por Terras de Sicó.

Tratam-se de coisas distintas, uma coisa é um investimento municipal indirecto, porque é Terras de Sicó que está a apresentar a candidatura e que, naturalmente, nós daremos orientações sobre o nosso Concelho. Tenho conhecimento de que o site se encontra na fase final e, brevemente, iremos ter aqui uma apresentação prévia do mesmo. Outra coisa ainda é uma candidatura ao Programa LEADER que

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

integrará a proposta de Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento, para que entre outras coisas, no espaço que virá a ser objecto de concurso para contrato de arrendamento, independentemente de ser um “bar”, tenha uma zona que não é apenas Internet...

Estou a falar de coisas concretas, porque não sei até que ponto a sugestão que o Senhor Vereador iria apresentar, “choca ou cruza” com questões concretas que já têm passos dados, até porque a própria Terras de Sicó quando criou aquele tipo de sub-rubricas, já foi a abrir a porta para este tipo de candidaturas dos Municípios integrantes. Como nós não tivemos qualquer conversa prévia sobre isso, não sei até que ponto as suas sugestões podem entroncar ou não aqui. Preferia dar ao Senhor Vereador todos os elementos e até permitir-lhe uma reunião com o técnico de Terras de Sicó e, se quiser, colaborar nisso.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “por aquilo que sei, temos Terras de Sicó mais em termos de conteúdos virtuais...”

O Senhor Presidente referiu que: “uma coisa é o site da Câmara Municipal, outra coisa é a Câmara Municipal apresentar uma candidatura para criar um espaço, naquele espaço da Câmara, são coisas distintas. Pode fazer parte de uma estratégia em termos de propiciar isto ou aquilo, mas são investimentos distintos. Uma coisa é o investimento que Terras de Sicó está a fazer em conjunto, município a município, em que nós estamos a dizer o que é que queremos; outra coisa é a Câmara, tem uma rubrica em que se adquirir equipamentos vai buscar uma determinada percentagem que lhe é aprovada.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “então a minha proposta, penso que tem toda a pertinência, porque de facto vem ao encontro dessa última sugestão que o Senhor Presidente disse, relativamente ao espaço que está debaixo das bancadas. Trata-se dos chamados Espaços Internet que constam de uma candidatura ao POSI, no âmbito da Medida 3.6 e que pode ter um cofinanciamento até 80%.

Consta de um acesso gratuito público, complementar da Biblioteca Municipal, daí eu ter feito este reparo até em termos de horário e depois a Candidatura poderá reflectir isso, é ser tardes, noites e fins de semana, porque há verbas para isso, estamos a falar de um investimento que poderá rondar, também está aqui uma previsão de custos de 2004, cerca de 185.000,00 euros, 20% de

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

185.000,00 euros estamos a falar de 35.000,00 a 40.000,00 euros, durante um prazo de três anos.

Trata-se de um espaço que tem que ter no mínimo 8 postos de Internet, tem que estar aberto e tem a vantagem cumulativa, digo eu e tenho a certeza, de poder também certificar competências básicas no âmbito das tecnologias da informação.

Somos dos poucos Concelhos da região que não possuímos destes espaços e que pode ser uma forma de minimizarmos algumas situações de info-exclusão que, porventura, ainda possam existir.

O problema desta candidatura, por isso a minha premência de a apresentar, é, como sabem, está a acabar o III Quadro Comunitário de Apoio, estas candidaturas têm que ser apresentadas até 31 de Dezembro, o cheque list não é muito exaustivo e penso que em quinze dias se pode fazer.

Esta era a minha sugestão e penso que tinha todo o cabimento porque podemos estar a aproveitar dinheiros que, de outra forma, seriam investidos directamente pela Autarquia.”

O Senhor Presidente referiu que: “sugiro que seja dada uma cópia à Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno que é quem está com esse processo da Candidatura e que avalie ou mande avaliar tecnicamente. Para já, dá-me a sensação que isso vem um bocado de encontro ao que está previsto, a ideia é a mesma, criar um horário complementar e alargar a resposta. Agora, se o caminho de cofinanciamento é o do POSI ou é o do LEADER, temos que ver perante o investimento global... Está recolhida a sugestão.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “há outra proposta, compreendendo que não cumpro o prazo estipulado pela lei, permitia-me apresentá-la, se assim o entendesse, na próxima reunião de Câmara.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno dizendo: “gostaria só de fazer um brevíssimo balanço da Festa de Natal que a Câmara Municipal organizou para todos os alunos do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Concelho, aliás, uma proposta que aqui aprovámos na reunião de 24 de Novembro. Chegou hoje ao fim o espectáculo em que participaram todas as crianças do Pré-Escolar, quer dos Jardins de Infância, quer das IPSS's e das Escolas Básicas do 1.º Ciclo.

Penso que realmente foi aquilo a que nos propusemos, que foi juntar uma série de amigos e foi essa a mensagem que também procurámos passar aos

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

miúdos que colaboraram, e os amigos foram os utentes da APPACDM de Soure que estiveram integrados de uma forma diferente e extremamente positiva; também as alunas do Curso Técnico de Auxiliares de Infância do INTEP e alunos e professores participaram com bastante agrado neste espectáculo de Natal que, no fundo, teve bastante calor humano o que nem sempre acontece com aqueles espectáculos que se adjudicam a qualquer empresa desta área. Penso que, no fundo, se viveu verdadeiramente o espírito de Natal nesta festa.

Referir ainda que, nos dias 29 e 30 de Novembro, ocorreu uma acção de formação “Dez Reis de Gente e de Livros” que se insere no Programa Integrado de Promoção da Leitura. Habitualmente são os alunos que participam em actividades de animação à leitura, desta vez foram 18 professores e educadores que participaram nesta acção de formação, uma parceria da Câmara Municipal com o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e que foi também, de acordo com balanços que fiz com os professores que participaram, bastante interessante uma vez que estimulou novas estratégias a implementar na sala de aula.”

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

- . PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR/
/SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA
- . Acordo de Cooperação - Ano Lectivo 2005/2006

O Senhor Presidente referiu que: “penso que a proposta, subscrita pela Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, é muito clara. Como sabem, ano lectivo após ano lectivo, há como que uma adenda em termos de actualizar o universo de intervenção do Sistema de Apoio à Família. Nesta altura do ano, é sempre hábito, a Câmara Municipal aprovar um anexo ao Acordo de Cooperação que visa que, para o ano lectivo iniciado, haja um Sistema de Apoio à Família contratualizado, quer com o Ministério da Educação, quer com a Segurança Social, de acordo com a nova realidade.

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

Aquilo que eu proponho é que, conhecidas as regras com base na qual evoluiu a rede de cobertura do Sistema de Apoio à Família, aprovemos esta adenda ao Acordo de Cooperação.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “gostaria só de colocar uma questão, o documento diz que o valor das participações financeiras não está ainda definido para o próximo ano, não tive tempo de procurar e tenho que ter nos meus dados, que foram cedidos à Assembleia Municipal, os valores deste ano mas, se o Senhor Presidente tiver em condições de me dizer qual é o valor real...”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno respondeu dizendo: “o valor para este ano lectivo ainda não foi definido, ainda não foi publicado o Despacho Conjunto que define os valores para este ano lectivo, daí que o pagamento da participação será efectuado tendo como referência os valores publicados no ano lectivo transacto. A Direcção Regional de Educação fará o respectivo acerto quando o despacho for publicado.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a subscrição do Anexo ao Acordo de Cooperação para 2005/2006. -----

Ponto 4. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO
- . Escola de Soure n.º 2
- . Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO - SOURE N.º 2

RECEPÇÃO DEFINITIVA - HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

Por deliberação de 15.10.2004, a Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º 1 do art. 227.º e n.º 1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
13.12.2005

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e duas (2) abstenções, aprovar a homologação do presente auto para efeitos da recepção definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços. ---

Ponto 5. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

- . LIGAÇÃO À INTERNET - 1.º CEB – ASSISTÊNCIA TÉCNICA
- . Ajuste Directo

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO
LIGAÇÃO À INTERNET - 1.º CEB
ASSISTÊNCIA TÉCNICA
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista ao fornecimento do serviço acima mencionado, proponho a V. Ex^a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO À CONTRATAÇÃO

Relativamente ao fornecimento em epígrafe sugiro adopção da modalidade Ajuste Directo, uma vez que o valor estimado para a aquisição - 2.000 euros - é inferior a 4.987,98 € (cfr. alínea a) do n.º 3 do artigo 81.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06).

A escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, está dentro do âmbito das competências do Presidente da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior ao limite estabelecido para este órgão - 149.639,37 € (cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho).

2. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugiro que se convidem a apresentar propostas, as seguintes empresas:

- Realestudo Lda
- Servidor Informática
- Lourisystems Lda

À Consideração Superior,
O Chefe de Repartição
(Gil Soares)
02.12.2005

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

O Senhor Presidente referiu que: “existe, pelo menos, um computador em cada sala das diferentes Escolas do Ensino Básico do 1.º Ciclo e é preciso garantir, quando alguma coisa corre menos bem em termos de avaria de material ou de qualquer problema que haja assistência. Nós temos, ano após ano, consultado o mercado e contratualizado este serviço que ronda 2.000,00 euros/ano.

Assim, proponho que se aprove a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre da informação técnica dos serviços.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 6. EDUCAÇÃO – ENSINO SECUNDÁRIO

. PROJECTOS ESCOLARES/OUTROS APOIOS

. Escola Secundária Martinho Árias

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, normalmente os Planos Plurianuais de Investimentos prevêm também, no Ensino Secundário, a possibilidade de, ao longo do ano, se nos solicitarem apoio para projectos escolares concretos de o podermos fazer.

A Escola Secundária Martinho Árias fez chegar uma proposta concreta para a subscrição de um Protocolo entre o Município e a Escola. No âmbito da Candidatura ao Projecto Ciência Viva vai realizar um projecto que dá pelo título “Ensino Experimental das Ciências no Laboratório Vivo do Paúl da Madriz”. Basicamente é proposto à Câmara Municipal que colabore no âmbito desta acção na área logística através da cedência de espaços para conferências; uma exposição relativa ao projecto; eventuais facilidades no uso de transportes municipais para deslocações ao Paúl da Madriz; na área de divulgação através da comparticipação, que será avaliada caso a caso, na publicação de materiais alusivos ao projecto.

O que eu proponho é que aproveamos a proposta da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “claro que irei aprovar esta proposta, a Escola Secundária Martinho Árias tem uma longa experiência do trabalho de campo no Paúl da Madriz. Gostava só de

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

introduzir aqui uma outra questão que não tem directamente a ver com o que estamos aqui a aprovar, mas tem como que uma recomendação.

Penso que é com toda a urgência que o Município de Soure e a Câmara Municipal têm que encarar e fazer todas as diligências para que o Paúl da Madriz passe a ser Reserva Natural. Para além do interesse ambiental, e é um património natural do Concelho de extrema importância e os especialistas dizem isso e os colegas com quem trabalho testemunham-no, é também de grande interesse turístico para o Concelho de Soure e nós pensamos, e se calhar estamos todos de acordo, que o Turismo será uma das apostas que nós teremos que encarar seriamente para o Concelho de Soure.

Transformar aquele espaço em Reserva Natural é ter orçamento próprio, financiamento e funcionários a tempo inteiro, o que não acontece agora. Assiste-se frequentemente a alguns atentados naquela zona, talvez por desconhecimento das pessoas que por ali passam, portanto, pensamos que a Autarquia tem que fazer tudo o que poder e estiver ao seu alcance para que isto seja uma realidade e que não passe, de ano para ano, a falarmos sempre nisto, mas que, efectivamente, se consiga ter como Reserva Natural o Paúl da Madriz.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “nós temos todo, mas todo o interesse em que o Paúl da Madriz integre a Rede Natura, aliás, temos mantido uma estreita colaboração com o ICN, o que, a seu tempo, permitiu que ele obtivesse o estatuto de ZPE - Zona de Protecção Especial -.

Naquilo que foi exposto pela Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos foi-me levantada uma questão que por acaso nunca tínhamos equacionado que é a de ser a própria Câmara Municipal a intervir primeiro... temos sempre racionado numa perspectiva de que era o ICN que ia intensificando a sua forma de intervenção e controle da zona, na presunção de que nós aqui éramos um parceiro um bocado passivo e não activo. Vou pôr a questão ao ICN porque, por acaso, nunca foi equacionado por nós assim, foi sempre numa perspectiva de o que é que o ICN vai fazendo e nunca o que é que nós podemos, eventualmente, fazer directamente para apressar o processo.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno. -----

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

Ponto 7. ACÇÃO SOCIAL

- . PARTICIPAÇÃO NA CLA/RSI
- . Apoio a Obras em Habitações Degradadas
- . Propostas

O Senhor Presidente referiu que: “durante os últimos anos, não fazendo qualquer tipo de divulgação, não é que tenhamos escondido, mas não foi porque se trata de apoiar agregados que estão a ser acompanhados pela Segurança Social. Desde o ano 2000 que, umas vezes quatro por ano, outras vezes seis por ano, temos integrado na proposta de Plano Plurianual de Investimentos aprovada, normalmente o suficiente para podermos apoiar e pagar quatro/cinco casos por ano de famílias que têm dificuldades... normalmente onde existem essas dificuldades, está uma casa que não tem as menores condições e que nós temos vindo a apoiar e a avaliar, caso a caso. Este ano ainda não tinha acontecido, portanto, aparecem aqui quatro casos concretos, sendo que vos devo dar nota que estes casos estão avaliados pelas próprias técnicas da área da Segurança Social; a Câmara Municipal o que teve e o que tem vindo a usar é uma deliberação em que, para cada um destes casos, pode complementar com um apoio até ao máximo de 2.500,00 euros.”

Interveio o Senhor Vereador Fernando Martinho dizendo: “este é um trabalho que nós achamos que é meritório e que me diz bastante. O que eu acho é que temos feito maravilhas com os poucos dinheiros que tem havido, todavia, entendo que no futuro próximo devemos repensar estas situações numa perspectiva mais ampla no que concerne à habitação, no Concelho de Soure, pois que isto, na minha perspectiva e também em consideração com o que vou correndo pelo Concelho, é a ponte do iceberg relativamente à habitação. Temos que ter em consideração que a aprovação pontual disto é meritória e deve ser enquadrada num estudo mais global que nos permita uma intervenção não reactiva mas pró-activa no que diz respeito à habitação. Esse é o nosso entendimento e, portanto, queríamos deixar aqui esta nota.

É verdade que está aqui escrito na informação da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno que o montante máximo aprovado pela Câmara Municipal anterior são 2.500,00 euros, esta Câmara Municipal poderá ou não aprovar, eu acho que o valor, cada vez se torna mais exíguo perante o custo de vida. Todavia, se entendermos que poderá ser melhorado... em determinadas circunstâncias este valor de 2.500,00 euros é extremamente limitativo.”

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “compreendo, até porque sei que o Senhor Vereador tem acompanhado estes casos em pormenor, mas a questão é esta: é preciso ver que os 2.500,00 euros foram os 500 contos inicialmente, foi um primeiro passo perante a inexistência de qualquer resposta e depois, também tivemos cinco anos para avaliar qual era o volume de situações, felizmente também não é assim tão significativo quanto isso. Aquilo que tem acontecido é que, ano após ano, temos incluído na proposta de Plano Plurianual de Investimentos aprovado, um montante global aprovado para isto que, normalmente, assenta na possibilidade de mantermos esse valor por cada investimento, isto não prejudica que em sede do próximo Plano Plurianual de Investimentos, independentemente do montante global que vier a ser aprovado, que possamos discutir outro tipo de regras. É uma questão que podemos ver já no próximo ano, porque para já em termos de Plano, iremos aprovar apenas uma verba global que não propriamente os critérios de utilização da mesma.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno dizendo: “estes 2.500,00 euros são atribuídos numa primeira fase. Nada impede que o mesmo caso volte a ser analisado mais tarde, se se reconhecer que são necessárias mais obras.”

7.1.

O Senhor Presidente propôs que se aprovasse um apoio no valor de 1.859,48 euros.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno. -----

7.2.

O Senhor Presidente propôs que se aprovasse um apoio no valor de 1.779,98 euros.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno. -----

7.3.

O Senhor Presidente propôs que se aprovasse um apoio no valor de 2.114,98 euros.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno. -----

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

7.4.

O Senhor Presidente propôs que se aprovasse um apoio no valor de 1.501,98 euros.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno. -----

Ponto 8. ACÇÃO SOCIAL

- . PARTICIPAÇÃO NO PROJECTO PDIAS
- . Apoio a Obras em Habitação Degradada
- . Proposta

O Senhor Presidente referiu que: “aqui a única diferença é que, normalmente, há duas linhas de apoio, que é através da Comissão Local de Acompanhamento ligada ao Rendimento Social de Inserção, mas há também aqueles que são avaliados no âmbito do Projecto PDIAS. Este é um caso em todo semelhante só que foi acompanhado pelo PDIAS, mas a lógica tem sido a mesma.

Este é um daqueles casos que, exactamente, configura um quadro em que mesmo o apoio de 2.500,00 euros, deixa em aberto ainda um caminho com algum significado a percorrer para a resolução do problema.

Assim, o que eu proponho é que prove um apoio no valor de 2.500,00 euros.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno. -----

Ponto 9. URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . REABILITAÇÃO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FIGUEIRÓ DO CAMPO
- . Remodelação e Ampliação da Cobertura

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO

REABILITAÇÃO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FIGUEIRÓ DO CAMPO

REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA COBERTURA

TRABALHOS A MAIS/PRORROGAÇÃO DE PRAZO

1. Trabalhos a Mais

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

A execução da empreitada acima referida implica a aprovação de trabalhos a mais no valor de 4.787,57 euros que se enquadram no disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março.

Não ultrapassando o valor dos trabalhos a mais 15% do valor do contrato de empreitada, a Câmara Municipal poderá emitir decisão favorável à realização desta nova despesa sem necessidade de apresentar proposta fundamentada instruída com estudo realizado por entidade externa e independente, que poderia, em todo o caso, ser também dispensada face aos valores envolvidos, tudo nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março.

2. Prorrogação do Prazo

Não obstante a Câmara Municipal possa conceder uma prorrogação graciosa do prazo de acordo com o ponto 5.2.1. do caderno de encargos, documento que faz parte integrante do contrato outorgado entre aquela empresa e o município, em consequência dos trabalhos a mais agora propostos, assiste à empresa adjudicatária o direito à prorrogação do prazo contratual para a execução da empreitada, nos termos do n.º 2 e 3 do citado artigo 26.º Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março.

Face ao exposto sugerimos:

1. A aprovação dos trabalhos a mais constantes da informação em anexo;
2. Prorrogação do prazo proposto pelos serviços.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
13.12.2005

e

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO
REABILITAÇÃO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FIGUEIRÓ DO CAMPO
REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA COBERTURA
TRABALHOS A MAIS
PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

1. A obra em epígrafe encontra-se na sua fase final, no entanto, para a sua correcta conclusão, consideramos necessário executar alguns trabalhos não previstos inicialmente, designadamente:

- Pintura de todas as paredes exteriores, reabilitação da actual sala da Presidência da Junta de Freguesia em termos e pavimentos, de infra-estruturas eléctricas, telefónicas e de TV.

Em anexo junta-se uma listagem exaustiva dos trabalhos em causa, bem como os seus custos unitários, considerados razoáveis e aceitáveis.

A serem aprovados a situação final da obra será a seguinte:

Adjudicação	47.707,25 €
Trabalhos a mais propostos	4.787,57 €

(documento em anexo)

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

Relação (T. a Mais /Adj.)	10,0%
---------------------------	-------

2. Por um lado devido às más condições meteorológicas verificadas durante o seu desenrolar, por outro devido à necessidade de equacionar a execução de possíveis trabalhos imprevistos, o prazo de execução da obra em epígrafe foi esgotado. Assim, torna-se necessário proceder à sua prorrogação.

Em anexo juntamos um pedido de prorrogação de prazo apresentado pelo empreiteiro, não havendo, em nosso entender, inconveniente à sua aprovação.

A ser aprovado a data de conclusão prevista para a obra é o dia 31.12.2005.

À Consideração Superior,
(Mário Monteiro, Eng. Civil)
07.12.2005

O Senhor Presidente referiu que: “está na fase final, a remodelação e ampliação da cobertura do edifício onde funciona, quer a Sede de Junta de Freguesia de Figueiró do Campo, quer a Extensão de Saúde de Figueiró do Campo, é um equipamento que, ano após ano, tinha sempre, fundamentalmente, problemas de infiltrações e está a ter uma intervenção no telhado.”

9.1. Trabalhos a Mais

O Senhor Presidente referiu que: “os trabalhos a mais prendem-se com a realização de alguns trabalhos que, inicialmente, não estavam previstos e têm que ver com pintura das paredes exteriores e com a melhoria estrutural de uma das salas afecta ao funcionamento da Junta de Freguesia.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais propostos, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

9.2. Prorrogação do Prazo

O Senhor Presidente referiu que: “neste momento, o investimento está quase terminado e a empresa a quem foi adjudicada a obra solicitou uma pequena prorrogação graciosa de prazo.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a prorrogação do prazo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

Ponto 10. HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

**. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS
. Remodelação da Ala Nascente do Edifício dos Paços do Concelho**

10.1. Projecto

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSERVAÇÃO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO
REMODELAÇÃO DE ALA NASCENTE DO EDIFÍCIO
- PROJECTO

Por determinação superior, foi elaborado um projecto de remodelação da ala nascente do edifício da Câmara Municipal de Soure, de forma a possibilitar a instalação dos serviços do Departamento de Obras e Urbanismo que actualmente funcionam no 1.º piso, bem como os serviços técnicos e de fiscalização que se encontram no R/C.

O projecto, cujo desenho se anexa, tem em conta quer as necessidades funcionais de cada gabinete quer a métrica dos vãos existentes, de forma a garantir a iluminação e ventilação natural em todos eles. Respeitaram-se ainda as dimensões regulamentares das áreas de circulação, e previu-se a instalação, dimensionamento e localização do mobiliário correspondente.

O programa funcional previsto é o seguinte:

1	Atendimento	48 m ²
2	Obras Particulares - serv. técnicos	20 m ²
3	Apoio Administrativo	16 m ²
4	Director de Departamento	18 m ²
5	Apoio Jurídico	18 m ²
6	Fiscalização	16 m ²

A solução de compartimentação prevista, recorre a divisórias em paredes mistas de gesso cartonado (PLADUR), e não implica qualquer alteração estrutural ao edifício existente.

Á Consideração Superior
Rui Fernandes - Arq.
12.12.2005

O Senhor Presidente referiu que: “houve a preocupação de não mexer, não bulir com a estrutura deste edifício... este edifício tem características que, evidentemente, não encorajam, proíbem até, do nosso ponto de vista, qualquer intervenção que mexa com a sua divisão natural em termos de paredes; por outro lado, houve outra preocupação que foi de natureza funcional. O objectivo é, como já perceberam, instalar naquela ala tudo aquilo que tem que ver com obras particulares e obras públicas. Observe-se que

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

tudo isto vem na sequência de uma primeira intervenção feita por administração directa e que visou transformar todo aquele espaço que estava muito degradado num espaço apto a ser aproveitado.

O que está em causa é que aprovemos este projecto que tem apenas uma questão que não corresponde à realidade. Se olharem para o projecto percebem que, quando entramos no hall de entrada, há umas escadinhas de cada lado que previam uma rampa. Estivémos a falar com os serviços e chegou-se à conclusão que a rampa não fica bem, pode até, em termos arquitectónicos criar aqui até alguma hostilidade e como cada uma das alas tem uma entrada independente com escadas, está a ser estudada uma solução mecânica onde ficará uma rampa em cada escada pela porta de entrada lateral. Assim, o que eu proponho é que se aprove o projecto, conforme decorre da informação técnica dos serviços.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar o presente projecto, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

10.2. Divisórias, Aros e Portas
- Ajuste Directo e Adjudicação

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

Assunto: HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSERVAÇÃO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO
REMODELAÇÃO DE ALA NASCENTE DO EDIFÍCIO
- DIVISÓRIAS, AROS E PORTAS
AJUSTE DIRECTO/ADJUDICAÇÃO

Por determinação superior, foi elaborado um projecto de remodelação da ala nascente do edifício da Câmara Municipal de Soure, de forma a possibilitar a instalação dos serviços do Departamento de Obras e Urbanismo que actualmente funcionam no 1.º piso.

A solução, cujo projecto se anexa, prevê que a nova compartimentação seja efectuada em divisórias de PLADUR 122/70, com isolamento térmico-acústico de 60mm e respectivo barramento; e as portas e aros em estratificados de madeira alveolada do tipo 75/270.

Uma vez que estimativa orçamental para os trabalhos em causa era inferior a 5.000 €, foi consultada a empresa Placo Moderno que apresentou uma proposta no valor de 4.249,35 €, que corresponde a valores actuais de mercado.

À Consideração Superior
Rui Fernandes - Arq.

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

12.12.2005

e

Inf.: Face ao acima referido, sugerimos o seguinte:

O recurso à figura do ajuste directo, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 28 de Junho, e a adjudicação do presente fornecimento à empresa PLACO MODERNO pelo valor de 4.249,35 euros + Iva e condições constantes da proposta.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
13.12.2005

O Senhor Presidente referiu que: “a colocação das divisórias, aros e portas não implicará qualquer alteração nas paredes naturais.

O que eu proponho é que se aprove o ajuste directo e adjudicação para a realização deste investimento, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar o ajuste directo e a adjudicação, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

**10.3. Aplicação de Novo Pavimento
- Ajuste Directo e Adjudicação**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

Assunto: HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSERVAÇÃO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO
REMODELAÇÃO DE ALA NASCENTE DO EDIFÍCIO
- APLICAÇÃO DE PAVIMENTO
AJUSTE DIRECTO/ADJUDICAÇÃO

Por determinação superior, foi elaborado um projecto de remodelação da ala nascente do edifício da Câmara Municipal de Soure, de forma a possibilitar a instalação dos serviços do Departamento de Obras e Urbanismo que actualmente funcionam no 1.º piso.

A solução, cujo projecto se anexa, prevê que o pavimento seja acabado com recurso a uma solução de manta vinílica com junta soldada em obra, após a regularização da base.

A estimativa orçamental para os trabalhos em causa é de 3.800 €.

Uma vez que estimativa orçamental para os trabalhos em causa era inferior a 5.000 €, foi consultada a empresa REVIPAV que apresentou uma proposta no valor de 3.677,20 €, que corresponde a valores actuais de mercado.

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

À Consideração Superior
Rui Fernandes - Arq.
12.12.2005
e

Inf.: Face ao acima referido, sugerimos o seguinte:

O recurso à figura do ajuste directo, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 28 de Junho, e a adjudicação do presente fornecimento à empresa REVIPAV pelo valor de 3.677,20 euros + Iva e condições constantes da proposta.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
13.12.2005

O Senhor Presidente referiu que: “aqui trata-se da aplicação do novo piso. Assim, o que eu proponho é que se aprove o ajuste directo e a adjudicação, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar o ajuste directo e a adjudicação, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

Ponto 11. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS

- . **ETAR DE FIGUEIRÓ DO CAMPO - EMISSÁRIO FIGUEIRÓ/BELIDE E CONCLUSÃO DA REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS DO MARACHÃO**
- . **Homologação do Auto de Recepção Provisória**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE
ETAR DE FIGUEIRÓ DO CAMPO - EMISSÁRIO FIGUEIRÓ/BELIDE E CONCLUSÃO DA REDE DE ESGOTOS
DOMÉSTICOS DO MARACHÃO
RECEPÇÃO PROVISÓRIA - HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de 13.12.2000, ao agrupamento constituído pelas empresas Construções Aquino & Rodrigues, S. A. e Ecotécnica - Elevação e Tratamento de Águas e Esgotos, Lda, pelo valor de 1.401.422,16 €, acrescido de IVA, tendo atingido o valor de 1.684.303,61 €, devido a trabalhos a mais e revisão de preços aprovados em reunião de Câmara de 31.10.2001.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 217.º a 219.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março.

Deverá também proceder-se à abertura do inquérito administrativo nos termos dos artigos 224.º e segs. do mesmo diploma.

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
05.12.2005

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 12. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS
 . ETAR DE PALEÃO
 . Homologação do Auto de Recepção Provisória

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE –REDE DE ESGOTOS
 ETAR DE PALEÃO
 RECEPÇÃO PROVISÓRIA -HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **15.04.2005**, à empresa Construções Aquino & Rodrigues, S. A., pelo valor de **71.824,17 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 217.º a 219.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março.

Deverá também proceder-se à abertura do inquérito administrativo nos termos dos artigos 224.º e segs. do mesmo diploma.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
28.11.2005

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 13. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2005
 . Apreciação de Propostas de Alteração - 11.ª/11.ª -

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

O Senhor Presidente referiu que: “esta é uma proposta de alteração que tem a ver com aquilo que os serviços chamam o acerto final de contas, nomeadamente, na rubrica de pessoal.

O POCAL determina que, quando se faz o exercício de previsão, só podemos considerar como despesa aquilo que já está aprovado, não podemos entrar em linha de conta, nem com o acréscimo salarial, nem com progressões que ocorreram só durante o ano, nem com indemnizações de processos de reforma. Na última alteração orçamental tem que haver sempre um reforço que advêm da não entrada em linha de conta com estes aspectos que referi e que têm a ver com regras de exercício provisional.

De resto, tratam-se apenas de ajustes que ainda têm que ver com o que ainda se prevê pagar este mês.”

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar as propostas de alteração - 11.ª/11.ª - .-----

**Ponto 14. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA - LEI N.º 169/99
. Proposta**

Foi presente a seguinte informação:

Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia / 2005

PROPOSTA

CONSIDERANDO:

- O reforço da capacidade das Juntas de Freguesia como um dos vectores da aposta na Descentralização característica desta gestão municipal;
- O previsto nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento aprovados para 2005, determinando delegações de competências e correspondentes transferências de meios para as Juntas de Freguesia;

Deverá ser transferido o montante global de **165.000,00 €**, a distribuir pelas **12** Juntas de Freguesia, de acordo com a seguinte repartição:

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

JUNTA DE FREGUESIA	TRANSFERÊNCIA CORRENTE	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	TOTAL
ALFARELOS	2.820,00 €	10.680,00 €	13.500,00 €
BRUNHÓS	1.800,00 €	4.200,00 €	6.000,00 €
DEGRACIAS	2.220,00 €	8.280,00 €	10.500,00 €
FIGUEIRÓ DO CAMPO	2.820,00 €	10.680,00 €	13.500,00 €
GESTEIRA	2.820,00 €	10.680,00 €	13.500,00 €
GRANJA DO ULMEIRO	2.820,00 €	10.680,00 €	13.500,00 €
POMBALINHO	2.820,00 €	10.680,00 €	13.500,00 €
SAMUEL	2.820,00 €	10.680,00 €	13.500,00 €
SOURE	7.500,00 €	22.500,00 €	30.000,00 €
TAPEUS	2.220,00 €	8.280,00 €	10.500,00 €
VILA NOVA DE ANÇOS	2.820,00 €	10.680,00 €	13.500,00 €
VINHA DA RAINHA	2.820,00 €	10.680,00 €	13.500,00 €
	36.300,00 €	128.700,00 €	165.000,00 €

A Câmara Municipal de Soure subscreverá com cada uma das doze Juntas de Freguesia um Protocolo concreto, tendo como base a “minuta genérica” aprovada pela Assembleia Municipal.

As Acções previstas em cada Protocolo são as que nos foram propostas, naturalmente, de acordo com o quadro de necessidades de cada Freguesia e nos termos da legislação aplicável.

O Presidente
(João Gouveia, Dr.)
2005.12.13

O Senhor Presidente referiu que: “todos os anos temos concretizado o montante que inscrevemos no Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento aprovados, como montante a transferir de forma automática às Juntas de Freguesia sobre a forma de Delegação de Competências. Esta foi uma situação que nós criámos em 1994, ainda não havia lei que regresse esta competência e, normalmente, o que tem acontecido é que temos aprovado o próprio ano em final do ano, porque tem existido um desfazamento temporal nas transferências.

A primeira vez que definimos um montante a descentralizar, utilizou-se como critério de repartição as regras do antigo FEF; entretanto, fomos “amadurecendo” e em reuniões sucessivas com os Presidentes de Junta acordou-se que esta repartição deveria assentar em quatro escalões: o escalão da Freguesia de Soure; o escalão de oito Freguesias; o escalão de Tapeus e Degracias e o escalão de Brunhós; entendeu-se que se garantia alguma homogeneidade em termos de patamares de Juntas.

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

Há uma dupla chave de repartição: as transferências correntes são uma verba mensal para ajudar as Juntas de Freguesia em intervenções correntes num conjunto de questões que interessava que fossem acompanhadas como nas vias, escolas... e que são competências da Câmara Municipal; as transferências de capital apoiam um ou outro pequeno investimento que fosse da responsabilidade e competência da Câmara Municipal e que a Junta de Freguesia realiza através de Protocolo, mas é a Câmara Municipal que paga, configurando uma delegação de competências.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa interveio, dizendo: “avaliamos favoravelmente esta proposta, não deixando de dizer que, no próximo ano, gostaríamos de ser consultados também sobre alguma sugestão alternativa que possa ser incluída numa proposta desta natureza.”

Deliberado, por unanimidade, transferir o montante global de 165.000,00 euros, para as doze Juntas de Freguesia, de acordo com o quadro distributivo que integra a proposta.-----

**Ponto 15. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO, REF^a. 9015/000696/187/0019
. Adenda**

O Senhor Presidente referiu que: “na sequência de reuniões de trabalho com responsáveis da Caixa Geral de Depósitos no que diz respeito ao crédito ao sector público foram-nos apresentadas algumas sugestões. Neste caso, em termos técnicos, a sugestão que nos foi apresentada e que vem de encontro àquilo que tem sido a prática generalizada, aponta para uma reprogramação financeira. Neste momento, temos oito empréstimos em vigor que foram autorizados e contratualizados, todos eles há mais de cinco/seis anos, e o que acontece é que, três deles têm bonificações que são intocáveis e um deles termina em Dezembro, não valia a pena mexer nele. De maneira que, o que se propõe, no que toca a este empréstimo é um alargamento do período de carência de 14 meses; significa isto que se mantêm, naturalmente, todas as demais condições contratualizadas.

O objectivo de alargamento do período de carência é, naturalmente, no próximo ano, garantir a criação de algum alívio no que diz respeito aos encargos financeiros.

Estas são as soluções que têm vindo a ser utilizadas e foi isso que me foi explicado pelos responsáveis. As Câmaras Municipais o que têm vindo a fazer

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

são reprogramações do calendário das operações que estavam contratualizadas.

Nesta proposta, em concreto, trata-se de um alargamento do período de carência de catorze meses, mantendo-se todas as cláusulas contratuais.”

Interveio o Prof. Fernando Martinho dizendo: “reconhecendo que não é a nossa especialidade este esgrimir números, portanto, não é uma fácil leitura, tanto mais que, não tivemos acesso, evidentemente que podíamos ter solicitado o contrato, porque isto é uma adenda. Queria só colocar uma questão ao Senhor Presidente, quais serão os encargos acrescidos que este tipo de “manobra financeira” terá para o Município.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “o alargamento do período de carência significa em termos práticos que durante mais catorze meses, apenas ocorrerão pagamentos de Juros. Como não há alargamento do prazo global da operação, teremos depois oitenta e nove prestações de Capital e Juros.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “com as amortizações, com os juros, com este desfasamento de doze meses, qual é o acréscimo, se tem acréscimo ou não, o que é que se vai ganhar com este período de tempo em que a Câmara Municipal não terá que fazer estas amortizações.”

O Senhor Presidente referiu que: “o que há é que o esforço fica repartido de forma diferente, uma coisa era ter três anos de carência e nove anos a pagar capital e juros e outra coisa era ter quatro anos de carência, oito anos a pagar capital e juros”.

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos continuou dizendo: “o valor é o mesmo, o que aumenta são as outras prestações para além dos doze meses.”

O Senhor Presidente continuou dizendo: “neste período de alargamento da carência, pagar-se-ão apenas Juros e, depois nas oitenta e nove prestações finais, Capital e Juros, mantendo-se o prazo de duração do empréstimo.”

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos continuou dizendo: “mas isto vai implicar um esforço financeiro, ou seja, dá alguma folga agora, mas depois logicamente que...”

O Senhor Presidente continuou dizendo: “evidentemente, mas também nada me garante que não altere a legislação em termos de limites à utilização da capacidade de endividamento.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos continuou dizendo: “o Senhor Presidente é optimista.”

O Senhor Presidente continuou dizendo: “não sou optimista, estou a fazer aquilo que nestes acasos, do meu ponto de vista, em termos de gestão, tem que ser feito, agora se não for não tenho outra solução.”

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente.-----

Ponto 16. CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS

. Reestruturação/Consolidação dos Saldos Devedores

O Senhor Presidente referiu que: “aqui é a mesma coisa do anterior mas com uma diferença... estão aqui quatro empréstimos e a ideia é fazer uma consolidação dos saldos de três deles que perfazem 3.800.000,00 euros com um que era inicialmente de 748.196,82 euros e que agora é de 628.927,83 euros. Na prática é reestruturar/consolidar os saldos de três empréstimos no empréstimo que tinha maior duração temporal que era este de até 748.196,82 euros que está em 628.927,83 euros e que será pago, exactamente, no calendário acordado para o empréstimo de suporte à consolidação/reestruturação dos saldos destes três. Devo dizer que são operações absolutamente normais, e que têm vindo a ser a solução alternativa à impossibilidade de recurso à contratação de empréstimos decorrente da limitação a metade do que está na lei. Tudo isto são propostas analisadas pelos serviços jurídicos e pelos serviços económicos da própria Caixa Geral de Depósitos e mantêm-se todas as demais cláusulas, conforme está previsto.”

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente.-----

Ponto 17. TERRAS DE SICÓ

- . Grande Rota 26 (GR 26)
- . Protocolo

O Senhor Presidente referiu que: “é uma proposta de protocolo que basicamente pede à Câmara Municipal que colabore naquilo que eles chamam a realização de um investimento numa rota que tem naturalmente fins turísticos que aposta no pedestreanismo; isto não tem qualquer custo directo para a Câmara Municipal pela seguinte razão: a componente municipal que seria necessária para cofinanciar este investimento é subtraída da quota mensal que cada Câmara está a pagar para esta Associação.

Aquilo que são as competências, as obrigações, que resultam para a Câmara da subscrição deste Protocolo é apenas o que está subscrito nas cláusulas décima, décima primeira e décima segunda que tem haver com: “no âmbito das suas atribuições e competências, colaborar técnica e politicamente com a “Terras de Sicó” na implementação do percurso”, o que é que isto quer dizer, que na definição do percurso, no dirimir de eventuais questões, em que é preciso para passar o percurso por lá, falar com os proprietários, evidentemente que tem que ser a Câmara Municipal, os Presidentes de Junta de Freguesia, a ter este tipo de conversas, não é a Terras de Sicó a fazer isto; “assegurar futuramente a limpeza regular do percurso...”; assumir a promoção da GR 26 e os seus percursos na valorização turística do território Terras de Sicó...”, estas são as competências da Câmara Municipal.

Agora o cofinanciamento do investimento propriamente na componente Autarquias está assumido no fundo pelas quotas que estamos a pagar 1.000,00 euros/mês, cada Câmara Municipal, a esta Associação de Desenvolvimento.

Penso que isto tem interesse, é mais uma acção que não está a ser tomada individualmente, está integrada num conjunto de acções quer para a sub-região, quer para a região.

Assim, proponho que se aprove esta proposta de Protocolo entre a Câmara Municipal de Soure e a Associação de Desenvolvimento de Terras de Sicó.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “não está explícito no Protocolo qual será o montante envolvido em termos de

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

financeiros, no financiamento está que os Municípios devem assegurar um sexto do valor da comparticipação, sendo que não é explícito se é da quota ou não. A questão que eu quero perguntar é se depois a Câmara Municipal será consultada, evidentemente, na definição destes percursos, porque eu acho que são extremamente importantes no desenvolvimento turístico do nosso Concelho e, por conseguinte, não podemos passar uma “carta branca”, por assim dizer, a Terras Sicó sem que depois sejamos ouvidos nessas definições de percurso para que possamos, de alguma forma, incrementar o turismo numa zona que é extremamente desprotegida, porque se dirige especialmente à zona serrana.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “em termos metodológicos a questão funcionará da seguinte maneira: compete ao Município colaborar técnica e politicamente na implementação do percurso. Mesmo que os técnicos contratados por Terras de Sicó para este efeito nos apresentem uma qualquer proposta concreta, antes de ela passar a ser “percurso definitivo”, evidentemente que teremos a oportunidade de nos pronunciar sobre isso e, inclusivamente, procurarei que os técnicos que ficarem ligados a este projecto vos façam chegar tudo aquilo que venha a ser “o partir de pedra” sobre a definição do percurso.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar o presente Protocolo de Cooperação.-----

Ponto 18. NATAL 2005

- . Iluminação da Sede do Concelho
- . Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: NATAL 2005
ILUMINAÇÃO DA SEDE DO CONCELHO
ADJUDICAÇÃO

A Câmara Municipal deliberou, na sua reunião de **24.11.2005**, recorrer à figura da Consulta Prévia, com vista ao fornecimento acima mencionado, tendo em conta que o valor estimado é inferior a 12.469,95 € - cfr. alínea c) do n.º 1 do artigo 81.º do Dec. Lei n.º 197/99, de 08 de Junho -.

As empresas consultadas, apresentaram as seguintes propostas:

Firma	Valor (euros)
Som Ideal	8.500,00
Secos, Lda	9.300,00

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

Tendo em conta o critério de análise das propostas - unicamente o do preço mais baixo -, sugere-se a adjudicação do presente fornecimento à firma Som Ideal.

Não é obrigatória a realização de contrato escrito, uma vez que o valor de adjudicação é inferior a 49.879,79 euros - vide alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho -.

O presente procedimento está dispensado da audiência prévia nos termos do artigo 154.º do citado diploma.

Deste modo e considerando que foram cumpridas as formalidades legais aplicáveis, propõe-se:

1. A adjudicação do fornecimento à firma Som Ideal, pelo montante de **8.500,00 €**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Autorização para a realização da despesa pelo montante atrás referido.

À Consideração Superior,
O Chefe de Repartição
(Gil Soares)
02.12.2005

O Senhor Presidente referiu que: “o que eu proponho é que se aprove ratificar o despacho da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, que determinou a adjudicação do presente fornecimento, conforme decorre da informação técnica dos serviços.”

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno. -----

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “da leitura que faço da lei, penso que temos que ter um Regimento como qualquer órgão. Já temos uma proposta feita pelos técnicos da Autarquia e penso que é urgente discutirmos, debatermos, fazermos propostas, mas termos o Regimento a funcionar e que regule tudo o que tem a ver com reuniões de Câmara. Não sei se é prático discutirmos numa reunião de autarquia ou um representante de cada força política e depois trazer aqui, uma vez que ele foi elaborado pelos técnicos, mas não foi discutido por nós. Tenho propostas a fazer sobre ele porque o li, o discuti, não sei qual é a metodologia que querem seguir.”

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2005*

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “não incluí este ponto na Ordem de Trabalhos exactamente porque não tínhamos acordado entre nós essa questão da metodologia. O Dr. Marcus Tralhão fez um trabalho de base, não é ainda uma proposta, aqui há duas alternativas possíveis: reúne um elemento de cada bancada com o Dr. Marcus Tralhão e apresenta-lhe as sugestões de alteração e depois incluímos isso numa das próximas Reuniões de Câmara ou cada um de vocês, se o entender, faz chegar as alterações que achar por bem. O que vos pedia é que até final do mês, apresentassem as sugestões, contributos ou que solicitassem uma reunião.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “eu propunha uma reunião porque penso que o facto de dialogarmos e apresentarmos as nossas propostas, teria sempre outra dinâmica...”